

Avaliação Institucional Versus melhoria da Qualidade Educacional em Moçambique**Institutional Evaluation Versus Improvement of Educational Quality in Mozambique****Evaluación Institucional Versus Mejora de la Calidad Educativa en Mozambique**DOI [10.29327/2283270.1.4-2](https://doi.org/10.29327/2283270.1.4-2)Arlindo Cristiano Parruque¹Benedito Maurício Sapane²**Artigo****Linha de Pesquisa: Política, Planejamento e Gestão da Educação.****Resumo**

O presente estudo com o tema “Avaliação Institucional (AI) Versus melhoria da Qualidade Educacional em Moçambique” é um estudo do caso da Universidade Pedagógica de Maputo e visa discutir os contornos da AI como mecanismo de melhoria da qualidade das instituições, de maneira geral, e das instituições educacionais, em particular. Neste sentido, depois das discussões tidas em torno do assunto que nos propusemos a debater, uma das principais conclusões a que chegamos é a de que existe uma relação entre a AI e a qualidade das instituições, pois, a prática da AI é um mecanismo de garantia da qualidade do funcionamento das instituições à medida que é uma oportunidade para elas olharem para si mesmas e identificarem seus pontos fortes (suas potencialidades) e fracos (seus erros, dificuldades, etc.) para perpetuarem suas potencialidades e replanificarem suas atividades com vista a superação das suas dificuldades, erros ou problemas identificados no âmbito da implementação das suas atividades. Em termos de metodologia apoiámo-nos na revisão bibliográfica e em pequenas entrevistas com dois professores da UP-Maputo, sendo o primeiro designado PE1 e o segundo PE2.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Instituições educacionais; Qualidade das instituições.

Summary

The present study with the theme “Institutional Assessment (AI) Versus Improvement of Educational Quality in Mozambique” is a case study of the Pedagogical University of Maputo and aims to discuss the contours of AI as a mechanism for improving the quality of institutions, in general, and educational institutions in particular. In this sense, after the discussions around the subject we proposed to debate, one of the main conclusions we reached is that there is a relationship between IA and the quality of institutions, since the practice of IA is a mechanism of guaranteeing the quality of the functioning of institutions as it is an opportunity for them to look at themselves and identify their strengths (their potential) and weaknesses (their mistakes, difficulties, etc.) overcoming their difficulties, errors or problems identified within the scope of the implementation of their activities. In terms of methodology, we relied on a literature review and small interviews with two professors from UP-Maputo, the first being called PE1 and the second PE2.

Keywords: Institutional Evaluation; educational institutions; Quality of institutions.

Resumen

¹Arlindo C. Parruque - Licenciado em Administração e Gestão da Educação. Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Pedagógica - Delegação de Maputo. E-mail: arlindoparruque@gmail.com; Contatos: (+258) 845506363 ou 860506363

²Benedito M. Sapane – Phd, Doutor em Educação, Pedagogo e Professor Auxiliar na Universidade Pedagógica de Maputo; Email: bmsapane.80@gmail.com, Contatos: (+258) 844210973 ou 849001396

El presente estudio con el tema “Evaluación Institucional (IA) Versus Mejora de la Calidad Educativa en Mozambique” es un estudio de caso de la Universidad Pedagógica de Maputo y tiene como objetivo discutir los contornos de la IA como mecanismo para mejorar la calidad de las instituciones, en general, y las instituciones educativas en particular. En este sentido, luego de las discusiones en torno al tema que nos propusimos debatir, una de las principales conclusiones a las que llegamos es que existe una relación entre la IA y la calidad de las instituciones, ya que la práctica de la IA es un mecanismo de garantía de la calidad de las instituciones. funcionamiento de las instituciones ya que es una oportunidad para que se miren a sí mismas e identifiquen sus fortalezas (su potencial) y debilidades (sus errores, dificultades, etc.) superando sus dificultades, errores o problemas identificados en el ámbito de la implementación de sus actividades. En cuanto a la metodología, nos basamos en una revisión bibliográfica y pequeñas entrevistas a dos profesores de la UP-Maputo, denominándose el primero PE1 y el segundo PE2.

Palabras clave: Evaluación Institucional; Instituciones educacionales; Calidad de las instituciones.

Contextualização

Apesar da reconhecida importância para a melhoria da qualidade das instituições, a IA (a interna em particular), não é uma prática generalizada na maior parte das instituições, pois é perceptível que muitas delas não realizam este tipo de avaliação e as que a realizam são motivadas pela força da legislação que obriga que assim o façam. O fato é que muitas instituições só realizam a avaliação interna (autoavaliação) por obrigatoriedade e não necessariamente por compreenderem a necessidade de se autoavaliarem ou simplesmente por ignorarem a sua função.

Para compreendermos a necessidade de se avaliar interna e externamente as instituições, em particular as de caráter educacional, é indispensável compreendermos que estas surgem na perspectiva de garantir a organização do processo educacional de maneira a formar qualitativamente os cidadãos no âmbito científico e social e através dos conhecimentos ministrados, garantirem o bem-estar dos cidadãos para que atinjam a felicidade e integrem-se harmoniosamente na sociedade a que pertencem. Entretanto, para que isto aconteça é preciso que uma série de procedimentos ou ações sejam adotados e desenvolvidos ao nível das instituições.

Contrariamente ao que se perspectiva das instituições educacionais percebe-se que persistem até aos dias de hoje desistências acentuadas dos alunos, absentismo do corpo docente, fraca participação dos pais e/ou encarregados de educação no processo educativo, fraca qualidade de ensino, etc. Estes problemas podem ser superados se as instituições educacionais assumirem a Avaliação Institucional como um instrumento de gestão, aplicando a avaliação Interna e se submetendo à Avaliação Externa.

Respondemos com este estudo a seguinte pergunta: Qual tem sido a prática do uso da AI nas instituições do Ensino Superior em Moçambique, e em particular na Universidade Pedagógica de Maputo? A questão acima foi respondida perseguindo o objetivo macro de compreender os princípios e as finalidades da AI como oportunidade para a melhoria da qualidade das instituições educacionais e de forma específica, o que levou a necessidade de conceitualização dos descritores genéricos a volta da teoria de qualidade na base de descrição dos princípios e das finalidades da AI, assegurando os relatos sobre a AI das instituições educacionais em Moçambique, assim como apresentando a experiência da prática na Universidade Pedagógica (UP-Maputo) e relacionando a prática da AI com a melhoria da qualidade das instituições educacionais.

Para a concretização do objetivo acima recorreremos à pesquisa bibliográfica para buscar informações/conteúdos sobre os conceitos básicos, princípios e finalidades da AI bem como sobre o historial da AI em Moçambique e; desencadeamos uma minientrevista com professores (com larga experiência de avaliação institucional na UP Maputo) para colher experiências sobre a AI nesta Universidade.

Enquadramento Conceitual: da avaliação à qualidade das instituições

Podemos partir do princípio de que a avaliação é a apreciação ou análise objetiva das circunstâncias concretas e reais de alguma coisa ou parecer acerca do desenvolvimento, progresso ou nível do trabalho de uma instituição, aluno ou um profissional, por forma a assegurarmos a ideia de que a avaliação deve propiciar a tomada de decisão (Oliveira et al; 2018).

Neste sentido, podemos assegurar e entendermos que a avaliação pode ser considerada um ato de apreciação ou análise das circunstâncias concretas e reais para atribuição de valor ou mérito (a alguma coisa, pessoa, instituição, etc.) para a tomada de decisão na perspectiva de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade da ação.

É na perspectiva da avaliação acima e na base da correlação entre o referido e o referente que o caracteriza e das ações que as Instituições desencadeiam que devem ser consideradas estruturas ou mecanismos de ordem social, que regulam o comportamento de um conjunto de indivíduos dentro de uma determinada comunidade. Neste sentido asseveram FURUBOTN e RICHTER (2000) que as instituições se

constituem como um conjunto bem definido de regras, formais ou informais, incluindo os arranjos que permitem a sua aplicação³, daí fazer sentido a ideia política de qualidade.

Desta forma, “instituição” pode ser um conjunto de normas ou regras definidas com a finalidade de regular o comportamento dos indivíduos, direcionar suas ações com vista ao alcance dos objetivos estabelecidos.

No entanto, a consecução dos objetivos estabelecidos é a base inicial para aferir a qualidade institucional, e por isso deve estar em constante melhoria, por forma a demonstrar a evolução dos objetivos e garantindo uma constante revisão da planificação para fechar o ciclo da renovação periódica e racionalização daquilo que foi definido inicialmente como qualidade. Portanto, no seu conjunto, o ciclo de gestão da qualidade termina por sugerir uma permanente alteração do significado vinculado ao conceito e abrindo espaço para a compreensão multifacetada da dimensão da qualidade.

A partir desse entendimento multifacetado do conceito de qualidade e tomando-se como referência as contribuições de Juran (1999), sintetizou-se inicialmente o conceito de qualidade no campo da produção por meio de duas dimensões básicas, a saber: técnica, definindo-se a qualidade de produtos e serviços a partir de especificações objetivas como rentabilidade, características de funcionamento, tempos diversos, número de defeitos, etc.; e prática ou social, definindo-se qualidade a partir da satisfação das necessidades e expectativas dos indivíduos.

Portanto a qualidade é considerada universalmente como algo que afeta a vida das instituições e a vida de cada um de nós de forma positiva, no entanto, nem sempre partimos de uma definição clara do que é a qualidade. Existem diversas possibilidades de padrões de qualidade, como aqueles de certificação em nível internacional, como Quadro Nacional de Qualificações de Moçambique (QNQ); Sistema de Acumulação e Transferência de Créditos Acadêmicos na SADC; Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF); Quadro Pan-Africano para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (PAQAF); Quadro Regional de Qualificações da SADC (SADCQF), entre outros.

Cada uma dessas certificações de qualidade adopta indicadores de mensuração e parâmetros de julgamentos diferenciados, aos quais as empresas se associam, ou não, conforme imposição legal ou adequação às suas estratégias e interesses corporativos.

³ <https://www.eumed.net/tesis>

Operacionalizando o conceito de qualidade, podemos entender que a qualidade está associada a um sentido genérico e não específico, envolvido por uma áurea etérea, difusa, aparentemente compartilhada por todos sobre o que é adequado, mas que pode levar a caminhos e objetivos diferentes. Em contrapartida, os critérios foram apropriados como aquilo que especifica e referencia um objeto a determinado parâmetro, dando significado real à qualidade.

É no contexto dos indicadores de referência e dos padrões estabelecidos, associados aos critérios de verificação em causa que a Avaliação Institucional pode ser considerada a apreciação/análise das circunstâncias concretas e reais e atribuição de um valor ou mérito à uma instituição com a finalidade de tomar decisões para regular o comportamento dos indivíduos que nela interagem, direcionando suas ações com vista ao alcance dos objetivos estabelecidos. É importante referir que o processo de apreciação ou análise envolve a recolha de informações que pode ser feita através de vários instrumentos tais como observação, inquéritos, entrevistas, construída na deliberação dos atores, revelando mais de um pedido negociado do que uma encomenda contratualizada.

Avaliação Institucional: processo histórico, princípios, indicadores, instrumentos, tipos/modalidades e finalidades

A AI é recente e ainda está em processo de desenvolvimento, tem pouca literatura publicada o que demanda gigantescos desafios para os pesquisadores no processo de produção de literatura sobre a temática. O seu surgimento esteve sempre relacionado ao Ensino Superior (ES) e "...é a partir dos anos 1990 que começa a ser produzida toda uma literatura sobre AI, mas no campo de estudo da Educação, voltada aos processos de avaliação das Instituições do Ensino Superior" (Gomes e Marais, 2014:2).

Foi na área educacional que a AI adquiriu maior notoriedade, chegando inclusive a confundir-se com a avaliação educacional. A maioria das teorias existentes sobre esse tema são aplicações de conhecimentos produzidos a partir da avaliação educacional, seja de aprendizagem, de desempenho escolar ou de currículo (Gomes e Marais, 2014, pp.2 e 3).

Ainda, segundo o mesmo autor, no Brasil o marco central da difusão das práticas avaliativas nas instituições educacionais deu-se em 1993, com a criação do Programa de

Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), elaborado a partir das discussões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, a ANDIFES, com o objetivo de melhorar permanentemente os índices de qualidade da educação superior (idem:3) e para Moçambique a notabilidade desse processo data dos anos 2010 com a institucionalização do Conselho Nacional de Avaliação e Qualidade (CNAQ).

Dias (2013; pp.349-352) citando Ristoff (1995) e Sobrinho (1995) considera que a AI e curricular das instituições do ES deve ser guiada pelos seguintes princípios: a) **Globalidade, totalidade e integração** - uma AI deve ser realizada considerando a instituição como uma totalidade concreta, olhar para as suas atividades de forma integrada. b) **Processo, permanência e continuidade** - o processo de AI deve ser visto como contínuo e que não termina com a elaboração de um relatório ou de diagnósticos sobre a situação da instituição. c) **Comparabilidade** - a AI deve permitir a comparabilidade entre as instituições, através de instrumentos de avaliação comuns, sendo que, a comparação entre as instituições nunca deve ser guiada por intenções classificatórias e hierarquizadoras. Devem ser avaliadas atendendo as suas especificidades e particularidades, aos seus objetivos e à sua missão. d) **Respeito à identidade institucional, institucionalidade** - respeitar e preservar a sua identidade institucional. e) **Legitimidade e credibilidade** - os procedimentos da AI devem ser legítimos e credíveis, deve-se usar metodologia que permita a construção de indicadores avaliativos adequados e que permitam interpretar a realidade educacional; f) **Flexibilidade** - o processo de AI deve ser flexível e adaptável às condições realmente existentes; g) **Adesão voluntária** - ninguém deve ser forçado a participar no processo de AI, devendo-se convencer a participar e não impor, ou seja, a adesão ao processo deve ser voluntária e consciente; h) **Qualidade e ênfase qualitativa** - na AI deve-se privilegiar a abordagem qualitativa, podendo se usar dados quantitativos, mas a prioridade deve ser dada à compreensão e interpretação desses dados (que devem ser recolhidos, predominantemente, através de entrevistas, depoimentos, debates e análises documentais); i) **Pedagogia** - a AI deve ser entendida como tendo um sentido profundamente pedagógico levando em consideração os aspectos científicos e técnicos, articular a teoria e a prática e realimentar as dimensões científicas e pedagógicas que dão

consistência à universidade e; j) **Orientação formativa, não premiação ou punição** - a AI deve ser formativa, pelo que, a análise que se faz dos vários aspectos curriculares deve servir para verificar os avanços e diagnosticar as falhas com o objetivo de formular novas políticas e delinear ações de correção dos aspectos negativos e não para premiar ou punir.

Portanto, no processo de AI é necessário ter-se em conta alguns indicadores que são definidos pelas instituições de tutela para suas avaliações. Os indicadores podem variar de acordo com os objetivos da instituição que tutela a instituição. Por exemplo, em Moçambique, o CNAQ guia-se pelos seguintes indicadores no âmbito da avaliação das instituições do Ensino Superior: Missão e objetivos gerais da Instituição; Organização e gestão dos mecanismos de garantia da qualidade; Currículo; Corpo docente; Corpo discente; Pesquisa e extensão; Infraestruturas (laboratórios, salas de aula, bibliotecas e equipamentos); Corpo técnico administrativo e; Internacionalização.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades⁴: Autoavaliação e Avaliação Externa. A autoavaliação é uma reflexão da prática realizada pela própria instituição e Avaliação externa é o momento de apreciação da realidade institucional, pelas comissões externas (como por exemplo o CNAQ para o caso das instituições do Ensino Superior) a fim de contribuir para o autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelas instituições.

No que diz respeito às finalidades⁵ a AI busca a melhoria e a qualidade (acadêmica e científica no caso das instituições do Ensino Superior), compreensão global das instituições (Universidades), compreender e avaliar todos os processos produzidos pela Universidade, intervindo criticamente na comunidade acadêmica e científica.

A AI das instituições do Ensino Superior em Moçambique consolidam-se formalmente no ano de 2007 com a aprovação do decreto Nº 63/2007 de 31 de dezembro que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES), “o qual integra normas, mecanismos e procedimentos coerentes e articulados que visam concretizar os objetivos da qualidade no ensino

⁴<http://granbery.edu.br/comissao-propria-avaliacao/sobre-a-avaliacao-institucional>

⁵ <https://www.infoescola.com/pedagogia/avaliacao-institucional>

superior e que são operados pelos atores que nele participam” (Angst e Alves, 2018, p.119).

Os motivos principais para a criação do SINAQES estão relacionados com a notável expansão massiva de instituições de Ensino Superior e a necessidade de harmonização do ensino superior ao nível nacional, regional e internacional (Coletânea da legislação do Ensino Superior, 2012, p. 10).

No processo de Avaliação das Instituições do ES em Moçambique, o SINAQES preconiza os seguintes princípios de AI: *Educação*: desenvolvimento de cultura da qualidade não para controlar ou punir mas com carácter educativo; b) *Integração*: toma como ponto de partida os mecanismos de garantia de qualidade desenvolvidos a partir das próprias instituições de ensino, integrando-as no SINAQES; c) *Globalidade*: avaliação de todos os elementos, processos e intervenientes sem perder a perspectiva da totalidade; d) *Participação*: participação de todos intervenientes para garantir a aceitação, a eficácia e a efetividade do sistema (participação das instituições do ensino superior e outras dos meios social, político e laboral; e) *Continuidade*: a avaliação é tomada como um processo contínuo e não pontual em que o objetivo último é elevar a qualidade nas instituições de Ensino Superior; f) *Isonomia*: o sistema respeita a identidade, os valores, as características e as diferenças de cada uma das instituições de Ensino Superior, sem, porém, deixar de promover o diálogo, a cooperação e a solidariedade interinstitucional; g) *Legitimidade*: o sistema assegura a sua legitimidade técnico-científica e moral, através de processos transparentes, credíveis e rigorosos; h) *Adequação Interna*: o sistema é adaptado ao contexto nacional; i) *Adequação Externa*: harmonização do sistema com os padrões regionais e internacionais de qualidade; j) *Autoridade técnica*: os procedimentos e normas técnicas emanadas do órgão implementador e supervisor do SINAQES, bem como as suas recomendações são observadas e consideradas pelas instituições do ES.

Práticas da Avaliação Institucional no Ensino Superior em Moçambique

Segundo o PE1 (Entrevistado 1) em Moçambique, no processo de Avaliação Institucional (autoavaliação) usam-se os princípios, critérios/dimensões e indicadores plasmados pelo CNAQ (Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade) através do SINAQES (Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do

Ensino Superior). E no que tange à experiência da UP-Maputo no processo de Autoavaliação de cursos e programas,

seguiu-se as etapas plasmadas no SINAQES, sendo a 1ª etapa, a nomeação da comissão da autoavaliação (composta por 1 professor do curso, 1 ou 2 estudantes, Diretor da faculdade); a 2ª etapa, organização dos instrumentos de recolha de dados (questionários, roteiro de entrevistas, etc), 3ª etapa, recolha de dados e sistematização dos dados (relatório de autoavaliação), 4ª etapa, inserção do relatório na plataforma do CNAQ e, 5ª etapa, divulgação interna do relatório (PE1).

Ainda, de acordo com o nosso entrevistado a autoavaliação serve de base para a avaliação externa, é através desta que a comissão de avaliação externa faz a avaliação da instituição, buscando evidências dos elementos que constam como conseguidos no relatório da avaliação interna. No âmbito da autoavaliação (ex. avaliação do curso de licenciatura em Ensino Básico) realizada na Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia, obteve-se como resultado 85 pontos o que culminou com a acreditação do curso para 3 anos. O nosso correspondente explica ainda que,

cada indicador corresponde à uma pasta de arquivo onde serão arquivadas as evidências da execução de atividades para a sua satisfação e acrescentou que a experiência de autoavaliação foi de muita valia para a instituição, pois, ela ficou a saber, em função dos resultados, o que devia fazer para melhorar a sua qualidade, PE1 (Entrevistado 2).

O nosso segundo entrevistado na sua explanação, partilhando sua experiência esclareceu que o processo de AI na UP é regido pelas normas determinadas pelo SINAQES, onde estão definidos todos os procedimentos da AI nos três subsistemas (autoavaliação/avaliação interna; avaliação externa e acreditação). Esclareceu ainda que existem dois tipos de sistemas de AI, sendo um, virado para a verificação e usa-se indicadores de verificação, visando verificar em que medida as normas superiormente plasmadas estão sendo alcançadas e, outro, virado para o rendimento e usa-se indicadores de rendimento e visa aferir se as atividades desenvolvidas estão a atingir os níveis de qualidade desejados. E, relatando a experiência da AI na UP, explicou que a,

primeira participação da Universidade Pedagógica na AI foi na fase piloto, em 2014, tendo sido avaliados 4 cursos, sendo um deles, o curso de Psicologia Educacional e a avaliação cingiu-se em 4 indicadores. E, na segunda participação, no ano de 2016 (com novos processos: *avaliação e certificação*) onde foram avaliados 12 cursos dos quais apenas 5 foram acreditados (PE2).

Depois dos aspectos que relatamos acima, poucas dúvidas nos restam sobre a relação da AI e a qualidade das Instituições, pois, a AI é uma componente importante e indispensável para o alcance da qualidade das atividades desenvolvidas nas instituições de maneira geral e nas instituições educacionais, em particular, principalmente nas instituições do ES.

Considerando que a finalidade da AI é buscar a melhoria dos processos e atividades, compreender de forma global as instituições, avaliar todos os processos produzidos nas instituições, intervindo para a superação das dificuldades diagnosticadas, então, a AI é um mecanismo que visa garantir a qualidade do funcionamento das instituições, à medida em que é uma oportunidade para as instituições olharem para si mesmas e identificarem seus pontos fortes (suas potencialidades) e pontos fracos (seus erros, dificuldades, problemas, etc.) para tomar decisões importantes que orientem para perpetuação das suas potencialidades e replanificação das suas atividades com vista a superar os erros cometidos, dificuldades e problemas identificados no processo de desenvolvimento de suas atividades.

Considerações finais

A AI se constitui como um processo de apreciação/análise das circunstâncias concretas e reais e atribuição de um valor ou mérito à uma instituição com a finalidade de tomar decisões para regular o comportamento dos indivíduos que nela interagem, direcionando suas ações com vista o alcance dos objetivos estabelecidos.

O surgimento da AI está ligado ao Ensino Superior (ES) e foi no ano de 1990 que começa a ser produzida a literatura sobre ela no campo de estudo da Educação, voltada aos processos de avaliação das instituições do Ensino Superior e foi na área educacional que adquiriu maior notoriedade, chegando a confundir-se com a Avaliação Educacional.

A AI obedece à certos princípios e indicadores que variam de acordo com a entidade que rege as instituições a serem avaliadas por ela. Entretanto, pode-se considerar na AI das Instituições do ES, o princípio de globalidade, totalidade e integração; processo, permanência e continuidade; comparabilidade; respeito à identidade institucional, institucionalidade; legitimidade e credibilidade; flexibilidade; adesão

voluntária; qualidade e ênfase qualitativa; pedagogia; orientação formativa e não premiação ou punição (Ristoff e Sobrinho citados por Dias, 2013, pp.349-352).

Pode-se também considerar os seguintes indicadores: Missão e objetivos gerais da Instituição; Organização e gestão dos mecanismos de garantia da qualidade; Currículo; Corpo docente; Corpo discente; Pesquisa e extensão; Infraestruturas (laboratórios, salas de aula, bibliotecas e equipamentos); Corpo técnico administrativo e; Internacionalização (CNAQ).

O objetivo central ao Avaliar as Instituições é a busca da melhoria da qualidade das instituições, compreensão global das instituições e avaliação de todos os processos produzidos pela Instituição para uma intervenção crítica. A AI divide-se em duas modalidades/tipos/subsistemas: Autoavaliação ou Avaliação Interna e Avaliação Externa e para o caso de Moçambique a AI das instituições do ES abarca um terceiro subsistema que é o da Acreditação.

No que tange a AI das Instituições educacionais em Moçambique, as do ES em particular, no caso da UP-Maputo a AI é norteada pelas normas determinadas pelo CNAQ (através do SINAQES), onde estão definidos todos os procedimentos da AI e que são o garante da qualidade combinada (Autoavaliação/avaliação interna; Avaliação Externa e Acreditação).

Sendo assim, em termos operacionais, o conteúdo específico que dá forma/identidade ou significado ao conceito de qualidade é entendido quando associado a ideia de critérios de qualidade. Esses critérios visualizam-se como produto de disputas permanentes entre diversos grupos de interesses afetados pelo significado e consequentes usos da qualidade na educação superior.

Portanto, podemos considerar que o significado de qualidade não se esgota em si mesmo, uma vez que, como produto de disputa, seria passível de alteração sempre que perdesse legitimidade (entendida como a força de uma ideia em relação a outras e não a partir de um consenso em torno dela).

Por outro lado, mesmo assumindo a centralidade dos critérios para o significado daquilo que se entende por qualidade na educação superior em Moçambique, reconhece-se que outros elementos, notadamente aqueles que envolvem os conceitos de avaliação e regulação, aparecerem na literatura como imbricados nesse significado. Por isso é

preciso falar dos critérios como aspecto central na definição de qualidade e na sua avaliação.

Reconhecemos por essa via que o processo avaliativo emerge como responsável por descrever e valorizar a realidade do Ensino Superior, com base em critérios documentados, fornecendo subsídios ao processo regulatório. Nesse sentido, pôde-se vislumbrar uma relação de complementaridade entre avaliação e regulação, justamente por meio dos desdobramentos viabilizados pelo uso de critérios de qualidade.

Para fundamentar a construção desse entendimento, apoiamo-nos inicialmente em Bertolin (2007), que definiu a avaliação como um processo sistemático que envolve coleta de dados, análise de informações e juízo de valor e mérito acerca da qualidade do sistema de educação superior. É por isso que o processo de avaliação contempla etapas de definição de sistemas de indicadores, a valorização e monitoria dos indicadores, a análise e estudo dos resultados e a emissão de juízo de valor e mérito.

Nesse sentido, os critérios de qualidade foram apropriados nesta análise como o conjunto de indicadores e parâmetros que instrumentalizam o processo de identificação e valoração da realidade, em termos de sua qualidade.

Referências

- ANGST, F. André e ALVES, J. Matias. *(auto)avaliação de qualidade do ensino superior em moçambique. Um estudo de caso*. Revista Portuguesa de Investigação Educacional. 2018.
- BERTOLIN, Julio César Godoy. *Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização – Período 1994-2003*. 2007. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- DIAS, Hildizina Norberto. Artigo: Avaliação Institucional (no livro: Avaliação educacional/compilação de artigos)
- GOMES, Dayane e MORAES, Lincoln. *Pensando a avaliação institucional*, 2014
[http://granbery.edu.br/comissao-propria-avaliacao/sobre-a-avaliacao-institucional-modalidades/tipos da AI](http://granbery.edu.br/comissao-propria-avaliacao/sobre-a-avaliacao-institucional-modalidades/tipos%20da%20AI)
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Institui%C3%A7%C3%A3o> definição de instituição
<https://www.paripassu.com.br/blog/conceitos-da-qualidade/> - definição de qualidade
<https://www.unesc.net/portal/capa/index/124/3646> princípios da AI
- JURAN, Joseph. How to think about quality. In: JURAN, Joseph; GODFREY, A. Blanton. *Jurans quality handbook*. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 1999.
- MAINARDES, E. Wagner et al. *Percepções dos Conceitos de Qualidade e Gestão pela Qualidade Total: estudo de caso na universidade*. 2010. Artigo. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/235341591_Percepcoes_dos_Conceitos_de_Qualidade_e_Gestao_pela_Qualidade_Total_estudo_de_caso_na_universidade

- MARCONDES, José S. *Instituição: Significados, características, tipos e exemplos de instituições*. Disponível em <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/instituicao-significado-tipos> (Blogue site).
- MINEDH. *Manual de Padrões e Indicadores de Qualidade para a Escola Primária*. Académica. Maputo. 2014.
- MINEDH. *Manual de Padrões e Indicadores de Qualidade para as Escolas Primárias e Centros de Alfabetização e Educação de Adultos*. Edição Revista. Maputo. 2018.
- OLIVEIRA, Adriana et al. *Avaliação: conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de pedagogia*
- OLIVEIRA, F. Amaral de et al. *A avaliação educacional em Moçambique*. Revista Pesquisa e Debate em Educação. 2012.
- OLIVEIRA, Emanuelle *Avaliação Institucional*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/avaliacao-institucional>
- OURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cadernos Cedes, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.*
- República De Moçambique/Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ). *Relatório de Auto-Avaliação*.
- República de Moçambique/Ministério da Educação Direção Para a Coordenação do Ensino Superior. *Coletânea de Legislação do Ensino Superior*. Edição Revista. Maputo. 2012.
- SIAS, M. A. de Freitas et al. *Avaliação Institucional: conceitos, objetivos, participação e implicações para a escola*. 2018. Artigo disponível em <https://www.researchgate.net/> (definição de Avaliação Institucional).
- SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo. Avaliação institucional e a gestão democrática na escola pública: um diálogo no município de Alagoinhas/PB. *Educação Pública*, v. 19, nº 8, 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/8/avaliacao-institucional-e-a-gestao-democratica-na-escola-publica-um-dialogo-no-municipio-de-alagoinhaspb>
- TERRASÊCA, Manuela (2001). *Avaliação dos sistemas de formação. Contributos para a compreensão da avaliação enquanto processo de construção de sentido*. Porto: FPCE, Universidade do Porto, pp. 114 – 130.

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 29/11/2022 RECEIVED: 29/11/2022 RECIBIDO: 29/11/2022
 APROVADO: 12/07/2023 APPROVED: 12/07/2023 APROBADO: 12/07/2023